



**MONTE PASCOAL HOLDING S.A.**

CNPJ Nº 44.103.111/0001-07

Relatório da Administração - Apresentamos a seguir as demonstrações financeiras da Monte Pascoal Holding S.A. e o relatório dos auditores independentes.

Balancos patrimoniais em 31/12/2024 e 2023 (Em milhares de reais)					Demonstrações dos resultados abrangentes - Exercícios findos em 31/12/2024 e 2023 (Em milhares de reais)					
Ativo	Notas	Controladora		Consolidado		Resultado do exercício	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<b>Circulante</b>										
Caixa e equivalentes de caixa	4	550	2.564	1.693	15.071	29.479	29.197	29.479	29.197	29.197
Contas a receber de clientes	5	-	-	7.357	9.288	-	-	-	-	-
Tributos a recuperar		352	285	1.111	999	-	-	-	-	-
Outros ativos circulantes		-	42	1.540	1.418	-	-	-	-	-
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b>902</b>	<b>2.891</b>	<b>11.701</b>	<b>26.776</b>	<b>29.479</b>	<b>29.197</b>	<b>29.479</b>	<b>29.197</b>	<b>29.197</b>
<b>Não Circulante</b>										
<b>Realizável a longo prazo</b>										
Títulos e valores mobiliários	6	-	-	4.125	14.386	-	-	-	-	-
Depósitos judiciais e cauções		-	-	1.994	838	-	-	-	-	-
Impostos Diferidos		-	-	15	505	-	-	-	-	-
Investimentos	8	279.267	284.054	-	-	-	-	-	-	-
Imobilizado	9	-	-	287.257	288.837	-	-	-	-	-
Intangíveis		-	-	58	80	-	-	-	-	-
Direito de uso	7	-	-	6.834	7.490	-	-	-	-	-
<b>Total do Ativo Não Circulante</b>		<b>279.267</b>	<b>284.054</b>	<b>300.283</b>	<b>312.136</b>					
<b>Total do Ativo</b>		<b>280.169</b>	<b>286.945</b>	<b>311.984</b>	<b>338.912</b>					
<b>Passivo</b>										
<b>Circulante</b>										
Fornecedores		18	-	2.279	1.542	-	-	-	-	-
Contas a pagar	10	-	-	221	7.494	-	-	-	-	-
Empréstimos	11	-	-	12.334	14.367	-	-	-	-	-
Ações Preferenciais Resgatáveis (APRs)	11	21.741	10.221	21.741	10.221	-	-	-	-	-
Dividendos a pagar	12	1.500	-	1.500	-	-	-	-	-	-
Passivo de arrendamento	7	-	-	496	393	-	-	-	-	-
Outros passivos circulantes		-	-	473	518	-	-	-	-	-
<b>Total Passivo Circulante</b>		<b>23.259</b>	<b>10.222</b>	<b>39.044</b>	<b>34.536</b>					
<b>Não Circulante</b>										
Fornecedores		-	-	2.566	2.566	-	-	-	-	-
Empréstimos	11	-	-	5.563	16.890	-	-	-	-	-
Ações Preferenciais Resgatáveis (APRs)	11	122.968	143.260	122.968	143.260	-	-	-	-	-
Passivo de arrendamento	7	-	-	7.901	8.398	-	-	-	-	-
<b>Total Passivo Não Circulante</b>		<b>122.968</b>	<b>143.260</b>	<b>138.998</b>	<b>170.914</b>					
<b>Total Passivo</b>		<b>136.227</b>	<b>153.482</b>	<b>178.042</b>	<b>205.450</b>					
<b>Patrimônio Líquido</b>										
Capital social	15	124.468	124.468	124.468	124.468	-	-	-	-	-
Reserva de lucros	15	9.474	8.995	9.474	8.995	-	-	-	-	-
<b>Total Patrimônio Líquido</b>		<b>133.942</b>	<b>133.463</b>	<b>133.942</b>	<b>133.463</b>					
<b>Total Passivo e do Patrimônio Líquido</b>		<b>280.169</b>	<b>286.945</b>	<b>311.984</b>	<b>338.912</b>					

Demonstrações dos resultados dos exercícios - Exercícios findos em 31/12/2024 e 2023 (Em milhares de reais)					Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31/12/2024 e 2023 (Em milhares de reais)					
Receita Líquida	Notas	Controladora		Consolidado		Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Custos dos bens construídos e serviços prestados	16	-	-	70.721	70.433	29.479	29.197	32.747	32.813	
<b>Resultado operacional bruto</b>										
<b>Despesas e receitas operacionais</b>										
Outras despesas e receitas operacionais		(197)	(375)	(250)	(1.100)	Ajustes de despesas e receitas que não envolvem recursos da caixa:				
Amortização do ágio	8	(3.280)	167	(3.280)	167	Depreciação - imobilizado	-	-	5.483	5.496
Participação de equivalência patrimonial	8	50.193	49.916	-	-	Depreciação - arrendamento	-	-	656	657
<b>Resultado operacional antes do resultado financeiro</b>		<b>46.716</b>	<b>49.708</b>	<b>49.773</b>	<b>52.981</b>	Amortização - intangível	-	-	21	24
Despesas financeiras	18	(17.472)	(21.331)	(20.277)	(25.073)	Juros, variações cambiais e ajuste ao valor justo sobre empréstimos	-	-	1.752	2.766
Receitas financeiras	18	235	820	3.251	4.905	Juros - arrendamento	-	-	1.003	127
<b>Resultado financeiro líquido</b>		<b>(17.237)</b>	<b>(20.511)</b>	<b>(17.026)</b>	<b>(20.168)</b>	Juros sobre APR	17.428	21.262	17.428	21.262
<b>Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>29.479</b>	<b>29.197</b>	<b>32.747</b>	<b>32.813</b>	BAIXA DE IMOBILIZADO	-	-	(2)	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	13	-	-	(3.044)	(3.465)	PIS e COFINS diferido	-	-	(224)	179
Imposto de renda e contribuição social diferido	13	-	-	(224)	(151)	Amortização da mais valia/ágio	3.282	(167)	3.280	(167)
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>29.479</b>	<b>29.197</b>	<b>29.479</b>	<b>29.197</b>	Equivalência Patrimonial	(50.193)	(49.916)	-	-
<b>Lucro atribuível a:</b>						Rendimento sobre aplicação financeira	-	(5)	(1.295)	(1.704)
Acionistas controladores		-	-	29.479	29.197	<b>Lucro ajustado</b>	<b>(4)</b>	<b>371</b>	<b>60.849</b>	<b>61.453</b>
Acionistas não controladores		-	-	-	-	<b>Varições dos Ativos e Passivos operacionais</b>				

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Em 31/12/2024 (Em milhares de reais)

**1. Contexto operacional:** A Monte Pascoal Holding S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 3 de novembro de 2021, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, no país ou no exterior ("holding"). A Monte Pascoal Holding S.A foi constituída em novembro de 2021 com capital social inicial de R\$150,00. Em 07 de janeiro de 2022, a Companhia emitiu notas promissórias no valor total de R\$164.000 custeadas junto à Itaú Corretora de Valores S.A que foram destinadas integralmente para o pagamento de parte do preço de aquisição de 100% das ações de emissão da Enelbrás Centrais Elétricas. Em 26 de janeiro de 2023, a companhia Enelbrás Centrais Elétricas S/A foi incorporada pela companhia Monte Pascoal Holding S/A que por sua vez é uma controlada integral da V2I Energia S.A A Companhia em 2024 apresenta capital circulante negativo por consequência das estratégias de financiamento adotadas pela empresa e das condições de mercado. Reconhece a importância de manter uma estrutura de capital saudável e está implementando medidas para gerar caixa e melhorar o CCL, como otimização de Eficiência Operacional e Gestão de Capital de Giro. Contudo, a Administração está confiante de que, com a implementação dessas medidas, será capaz de gerar caixa suficiente para melhorar o CCL e manter uma estrutura de capital saudável a longo prazo.

**1.1. Informações sobre a controlada - Energética Serra da Prata S/A - A Energética Serra da Prata S.A. ("Espra" ou "Companhia"),** com sede na cidade de Salvador, Estado da Bahia, é uma Sociedade de Propósito Específico que tem como objeto social exclusivo explorar o complexo hidrelétrico Serra da Prata, através da construção e exploração de energia elétrica das PCHs (Pequenas Centrais Hidrelétricas): Cachoeira da Lixa, com capacidade instalada de 14,8MW, Colino 2, com capacidade instalada de 16,0MW; e Colino 1, com capacidade instalada de 11,0MW, as quais tiveram suas atividades operacionais iniciadas no ano de 2008, nos Municípios de Itamaraju, Vereda e Jucuruçu, localizadas no Sul da Bahia, com 41,8MW de capacidade instalada. A energia gerada pelo Complexo Hidrelétrico Serra da Prata foi objeto de contrato de compra e venda de energia elétrica celebrado com a Energia Nuclear e Binacional S.A. (ENBPar), no âmbito do PROINFA - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica. Por meio desses contratos de compra e venda de energia elétrica, a Espra vende toda sua produção de energia elétrica passível de ser contratada a longo prazo por um prazo de 20 (vinte) anos. O período de autorização da concessão da Espra é de 30 anos, prorrogáveis pelo mesmo período.

**2. Apresentação das demonstrações contábeis: 2.1. Declaração de Conformidade -** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCP 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na elaboração das suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia. Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo, e assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram aprovadas pela Diretoria em 21 de março de 2024.

**2.2. Moeda funcional e de apresentação -** Os itens incluídos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas são mensurados pela moeda funcional da Companhia que é o Real (R\$) e foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

**2.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas -** A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Alterações nas estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

**3 Principais práticas contábeis: 3.1. Caixa e equivalente de caixa -** O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

**3.2. Instrumentos financeiros - Ativos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração -** são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento. As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se comprometeu a comprar ou vender o ativo. Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

**Mensuração subsequente -** Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida), ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida), ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais), e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Quanto aos instrumentos de dívida a Companhia avalia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado. Segue abaixo resumo da classificação e mensuração - CPC 48/IFRS 9.

Classificação e Mensuração - CPC 48/IFRS 9	
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

**Avaliação do modelo de negócio -** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um





**MONTE PASCOAL HOLDING S.A.**  
CNPJ Nº 44.103.111/0001-07

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Juros de empréstimos (i)	(17.428)	(21.262)	(19.179)	(24.028)
Juros de arrendamento (i)	-	-	(1.003)	(846)
Outras despesas financeiras	(44)	(69)	(95)	(199)
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>(17.472)</b>	<b>(21.331)</b>	<b>(20.277)</b>	<b>(25.073)</b>
Receita com aplicações financeiras	246	855	2.883	4.940
Outras receitas financeiras	(11)	(35)	368	(35)
<b>Recitas Financeiras</b>	<b>235</b>	<b>820</b>	<b>3.251</b>	<b>4.905</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(17.237)</b>	<b>(20.511)</b>	<b>(17.026)</b>	<b>(20.168)</b>

(i) O valor de juros de empréstimos e arrendamentos no ano sobre a controladora foi R\$17.428 (R\$ 21.262 em 2023) e no consolidado foi R\$19.180 e R\$1.003 (R\$24.028 e R\$127 em 2023) respectivamente. **19. Instrumentos financeiros:** Em 31 de dezembro de 2024, os instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial são como segue:

	Controladora		Consolidada	
Nível	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<b>Ativos mensurados ao valor justo pelo resultado</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	2	550	2.564	1.693
Títulos valores mobiliários	2	-	-	4.125
<b>Ativos mensurados pelo custo amortizado</b>				
Contas a receber de clientes	2	-	-	7.357
<b>Passivo mensurados pelo custo amortizado</b>				
Empréstimos	2	-	-	17.897
Ações Preferenciais Resgatáveis (APRs)	2	144.709	153.481	144.709
Fornecedores	2	18	-	4.348
Passivo de arrendamento	2	-	-	8.397

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Administração. Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46: • Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; • Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e • Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros. Os instrumentos financeiros da Companhia, constantes do balanço patrimonial, estão classificados hierarquicamente no nível 2 e apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Os saldos

contábeis dos instrumentos mensurados ao custo amortizado se aproximam de seu valor de mercado. **19.1. Fatores de risco financeiro** - As atividades da Companhia as expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de capital, risco de mercado e risco de liquidez. a) **Risco de mercado** - Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas. b) **Risco de crédito** - O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia e sua controlada a incorrer em perdas financeiras. As contas a receber de clientes são formadas por um único cliente - Energia Nuclear e Binacional S.A. (ENBPar) via contrato de compra de energia pelo prazo de 20 anos. Este fato reduz o risco de perda financeira por motivo de inadimplência. Assim, não há exposição significativa da Companhia e sua Controlada a riscos de crédito ou perdas por redução no valor recuperável relacionadas às contas a receber de clientes, conforme apresentado na nota explicativa nº 5. c) **Riscos de taxa de juros** - Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo dos contratos no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros. d) **Risco de liquidez** - A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade por meio de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada. A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia por meio de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia. **19.2. Gestão do capital** - A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros busca otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, a Companhia monitora sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras. **20. Seguros:** a) Controlada Espira - As coberturas de seguros, em 31 de dezembro de 2024, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

Ramos	Importâncias seguradas	Apólice	Vigência
Riscos Operacionais (i)	233.550	04669202410010180002709	24/11/2024 a 24/11/2025
Responsabilidade Civil (ii)	30.000	16.51.0045087.28	25/11/2024 a 25/11/2025

(i) Seguro de risco operacional, com apólice emitida pela Fairfax Seguradora, com limite máximo de indenização de R\$ 233.550 e um prêmio anual no valor de R\$690.579 (ii) Seguro de Responsabilidade Civil Geral, com apólice emitida pela Chubb Seguros, relativas a reparações por danos involuntários, corporais, materiais e morais causados a terceiros, com limite máximo de indenização de R\$60 milhões e um prêmio anual no valor de R\$39.529. **21. Eventos subsequentes:** A Companhia não reconhece nenhum evento subsequente relevante até o levantamento das Demonstrações contábeis.

**Diretoria Executiva**  
**Ana Paula Pousa Bacalchuc de Salles Fonseca** Diretora  
**Wagner Alexandre Serratto** Diretor  
**Responsável técnico pelas demonstrações contábeis**  
**Leandro Barbalho de Brito** - Contador CRC-RJ 092.334/O-9

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Aos Acionistas, Diretores e Administradores da **Monte Pascoal Holding S.A.** - Rio de Janeiro - RJ - **Opinião** - Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Monte Pascoal Holding S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"). **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas** - A diretoria é responsável pela elaboração e adequação apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria

realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contiuo, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2025.

**ERNST & YOUNG**  
Auditores Independentes S/S Ltda.  
CRC SP-015199/F

**Roberto Cesar Andrade dos Santos**  
Contador CRC - RJ093771/O